

TEORIAS DA TERMINOLOGIA: DESCRIÇÃO, PRESCRIÇÃO E EXPLICAÇÃO¹

M. Teresa Cabré Castellví¹

¹Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Catalunha, Espanha

Tradução de Diego Napoleão Viana Azevedo²

²Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Resumo: Durante a última década, a teoria da terminologia foi alvo de discussão em diversos círculos. Este artigo investiga alguns dos motivos pelos quais este tema vem recebendo tanta atenção recentemente. Em primeiro lugar, discutirei a teoria elaborada por Wüster e analisarei as motivações por trás de seu modelo. Em seguida, explicarei por que a teoria wüsteriana não foi questionada ou confrontada por tanto tempo. Isto nos permitirá entender os motivos pelos quais tantas vozes críticas surgiram nos últimos tempos, tanto dentro quanto fora das perspectivas tradicionais. Observarei, ainda, a recepção que essas novas ideias obtiveram nos círculos de terminologia. Por fim, apresentarei minha própria definição de uma teoria da terminologia através da análise de questões importantes, tais como que pontos tal teoria deveria levar em consideração e o que tenho a oferecer para esta discussão.

Palavras-chave: Teoria da Terminologia; História da Terminologia; Teoria Geral da Terminologia; Teoria Comunicativa da Terminologia

¹ N.T.: o presente artigo foi publicado originalmente em inglês sob o título *Theories of terminology: their description, prescription and explanation* pela pesquisadora catalã María Teresa Cabré Castellví em 2003 na revista *Terminology* (9:2) da John Benjamins Publishing Company (<https://www.benjamins.com/catalog/term>). A autora do artigo concedeu a permissão para a tradução por correspondência eletrônica. O tradutor agradece profundamente a ambos por autorizar a tradução e a publicação deste artigo em língua portuguesa. A presente tradução foi revisada por Natanael Ferreira França Rocha e pela Prof.^a Dr.^a Ina Emmel, a quem o tradutor agradece imensamente pela parceria e pelo trabalho impecável.



THEORIES OF TERMINOLOGY: THEIR DESCRIPTION, PRESCRIPTION AND EXPLANATION

Abstract: During the past decade, the theory of terminology has been a subject of debate in various circles. This article examines some of the reasons why this topic has been receiving so much interest lately. I will first discuss the theory developed by Wüster and analyse the motivations behind his model. Then, I will explain why the Wüsterian theory was not questioned or challenged for a long time. This will lead us to the reasons why so many critical voices have been raised recently, both from inside traditional viewpoints and outside. I will also look at the reception these new ideas have had in terminology circles. Finally, I will present my own definition of a theory of terminology, by examining important issues such a theory should take into account and see what I can offer to this debate.

Keywords: Theory of Terminology; History of Terminology; General Theory of Terminology; Communicative Theory of Terminology

1. Introdução

É surpreendente que, após vários anos de inatividade no que diz respeito à teoria terminológica, subitamente tenha surgido uma torrente de críticas aos princípios já estabelecidos e de sugestões propondo novas alternativas à teoria tradicional. Essa tendência se evidencia através dos inúmeros seminários, organizados em 2003, dedicados ao reestabelecimento dos fundamentos de uma teoria da terminologia própria ou por meio da comparação com a linguística ou a lexicografia. Em particular, pode-se citar o *workshop* de Teoria da Terminologia, no Congresso Internacional de Linguística, em Praga; o 14.º Simpósio Europeu de Línguas para Fins Específicos, em Surrey; um Colóquio sobre Terminologia como Disciplina Científica, em Paris; uma mesa-redonda sobre teoria da terminologia no Congresso da Associação de Linguística, em Lisboa; e um seminário sobre terminologia e lexicografia realizado pela Associação Europeia de Terminologia, igualmente em Lisboa.

Durante os últimos quinze anos, em comparação com os trinta anteriores, inúmeras publicações surgiram sobre o assunto. Dentre os mais representativos, é possível citar Gaudin (1993), o volume 18 do *Cahiers de Linguistique Sociale* (1991), os anais dos colóquios em *Terminologie et Intelligence Artificielle (TIA)* (1995, 1997, 1999, 2001), Cabré (D)os anais organizados por Cabré (E) e Cabré e Feliu (A) – ambos resultados de seminários internacionais de verão, sediados na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona –, o volume 21 da *Terminologies Nouvelles* – intitulado *Terminologie et diversité culturelle* – um volume de ensaios organizado por Béjoint e Thoiron (2000) e, em especial, Temmerman (2000).

Simultaneamente a este turbilhão de publicações – contudo antes dos diversos encontros de 2003 supracitados – dois outros seminários devem ser mencionados por suas contribuições especialmente significativas para o debate das teorias da terminologia: o seminário exclusivo sobre teoria da terminologia, sediado em Barcelona, em janeiro de 1999, cujos trabalhos foram publicados em *Terminology* (1998/1999), e o seminário em *Terminology science at the crossroads?*, sediado em Vasa, em 2001, como parte integrante do Simpósio Europeu de Línguas para Fins Específicos, publicado no volume 13 da *Terminology Science & Terminology Research* (2002).

O seminário de Barcelona reuniu especialistas nas áreas de linguística, psicologia, história da ciência e filosofia que, através de suas publicações, expressaram opiniões críticas a respeito da então chamada teoria tradicional da terminologia, representada essencialmente pelas obras de Eugen Wüster.

O seminário de Vasa reuniu adeptos da teoria tradicional com o objetivo de analisar o significado e a importância das opiniões críticas existentes. Tais especialistas em terminologia, que haviam adotado uma postura crítica em relação à obra de Wüster, se propuseram a suplementar as deficiências desta teoria.

Ambos os seminários conduziram a certas conclusões. O primeiro sublinhou a necessidade de se elaborar uma teoria das unidades terminológicas, e não da terminologia, que pudesse explicar a complexidade dos termos – a metáfora do poliedro foi utilizada – em

seus contextos comunicativos reais e variados. O segundo seminário desconsiderou as opiniões críticas de pesquisadores que não fossem da área, pois – como foi dito – eles não conheciam as obras de Wüster ou ignoravam as publicações subsequentes de seus seguidores. Discutiu-se, ainda, que as tradições linguísticas e culturais criaram barreiras para o entendimento mútuo entre esses dois grupos.

O presente trabalho tentará responder brevemente aos seguintes questionamentos:

1. Por que Wüster desenvolveu sua própria teoria?
2. Por que tanto tempo se passou antes que novas contribuições teóricas fossem dadas ao estudo da terminologia?
3. Por que, subitamente, tantas vozes críticas surgiram, tanto dentro quanto fora das perspectivas tradicionais?
4. Como estas novas ideias foram recebidas?
5. Que tipo de teoria seria necessária para explicar a terminologia?
6. Com o que eu posso contribuir para este debate?

2. Por que Wüster desenvolveu sua própria teoria?

Wüster (1898-1977), um engenheiro com forte interesse pela ciência da informação, outrora um esperantista convicto e um feroz defensor de uma comunicação profissional inequívoca, desenvolveu uma teoria da terminologia com base em sua experiência terminográfica ao compilar a obra *The Machine Tool. An interlingual Dictionary of Basic Concepts* (Wüster), um dicionário francês-inglês de termos normalizados organizados sistematicamente (com um suplemento em alemão) destinado a ser um modelo para futuros dicionários técnicos. O projeto foi patrocinado pela Organização de Desenvolvimento e Cooperações Econômicas (OECD) das Nações Unidas e publicado em 1968.

Vale ressaltar que a vida de Wüster foi inteiramente dedicada à terminologia. Por meio de sua obra, ele buscou alguns objetivos, a saber:

1. Eliminar a ambiguidade das linguagens técnicas através da normalização da terminologia, a fim de torná-las eficientes ferramentas de comunicação.
2. Convencer todos os usuários de linguagens técnicas dos benefícios da terminologia normalizada.
3. Estabelecer a terminologia como uma disciplina para todos os fins práticos e conceder a ela a condição de ciência.

Para alcançar tais objetivos, ele se incumbiu de três tarefas principais, a saber:

1. O desenvolvimento de princípios internacionais e normalizados para a descrição e o registro de termos.
2. A formulação dos princípios gerais da terminologia (*Terminologielehre*) que ele, a princípio, percebeu como uma ramificação da linguística aplicada, mas posteriormente como um campo de estudo autônomo (deve-se notar que o próprio Wüster nunca falou de uma “*Theorie*” – a palavra alemã existe e é amplamente utilizada –, mas sempre de “*Lehre*”, que fornece diretrizes práticas em vez de uma abordagem puramente teórica do assunto).
3. A criação de um centro internacional de coleta, disseminação e coordenação de informações sobre terminologia, o que se tornou o *Infoterm*, sob o patrocínio da Unesco.

Contudo, a abordagem estrutural da teoria linguística predominante na época de Wüster era demasiadamente limitada e voltada aos aspectos formais das línguas para dar conta de explicar a especificidade dos aspectos semânticos dos signos especializados. Isto explica o porquê de Wüster, afinal, ver sua “*Terminologielehre*” como um campo de estudo interdisciplinar e autônomo, como ele mesmo afirmou em “*Die allgemeine Terminologielehre — Ein Grenzgebiet zwischen Sprachwissenschaft, Logik, Ontologie, Informatik und den Sachwissenschaften*” (1974).

Enquanto seus inúmeros artigos expressavam suas ideias – embora por vezes hesitante –, a explicitação final dos fundamentos de Wüster foi realizada postumamente por Helmut Felber, tomando por base as anotações das aulas de Wüster (1974), e publicada como a *Einführung in die allgemeine Terminologielehre und terminologische Lexikographie* em 1979. A denominação *Teoria Geral da Terminologia* surgiu somente em referências posteriores a essa obra em francês, inglês e espanhol.

Infelizmente, a maioria dos críticos da teoria tradicional da terminologia toma este livro como o mais representativo das ideias de Wüster e direciona suas objeções e reservas a esse texto. Este livro enfatiza as diferenças entre a terminologia e a linguística em diversos âmbitos.

a. quanto à linguagem

- a prioridade do conceito;
- a precisão dos conceitos (monossemia);
- a univocidade dos termos (ausência de sinonímia);
- o conceito semiótico das designações;
- o interesse exclusivo pelo léxico, desconsiderando todos os demais níveis linguísticos;
- o tratamento sincrônico dos termos;
- a prioridade de registros escritos;

b. quanto aos pressupostos acerca de sua evolução

- o controle consciente da evolução (planejamento, harmonização, normalização);
- a prioridade dada às formas internacionais de designações;
- a preocupação exclusiva com a linguagem escrita;

c. quanto aos métodos de trabalho

- o uso exclusivo da abordagem onomasiológica (em contraste com a abordagem semasiológica da lexicografia) e, por conta disso, a preferência pelo ordenamento sistemático.

Se tomarmos a obra póstuma de Wüster como ponto de referência, é evidente que ela representa uma tentativa de fortalecer a distinção entre terminologia e linguística, a fim de alcançar uma disciplina autônoma, o objeto da qual não são mais os termos considerados unidades da linguagem natural, mas conceitos considerados como combinações de características harmonizadas internacionalmente que são expressos por meio de símbolos equivalentes de diferentes sistemas linguísticos e não linguísticos.

A solução para tal posição encontra-se, ao que parece, na suposição de que um conceito é universal, independente das diferenças culturais, e que, conseqüentemente, a única variação possível é aquela determinada pela diversidade das línguas. Para Wüster, os cientistas e técnicos de uma determinada língua caracterizavam – ou, pelo menos, deveriam caracterizar – um domínio da mesma forma, de modo que as únicas diferenças que porventura aparecessem fossem em decorrência de suas diferentes línguas ou do uso de designações alternativas para o mesmo objeto. Ambas as diferenças poderiam prejudicar uma comunicação profissional e, por conta disso, Wüster era um defensor fervoroso de uma língua única para a comunicação técnica e científica. Após abrir mão da ideia de que o esperanto pudesse ser utilizado com essa finalidade, Wüster viu na normalização a única solução para o problema da sinonímia de designações inter e intralinguais.

Wüster desenvolveu seu conceito de terminologia, primeiramente, com base em sua experiência como engenheiro envolvido em uma normalização terminológica nacional e internacional necessária à introdução efetiva da normalização de objetos físicos, procedimentos e medidas em diversos ramos da engenharia. Com a compilação de seu dicionário multilíngue de termos técnicos normalizados, ele adquiriu mais experiência. Suas inferências teóricas se fundamentaram na observação desse limitado apanhado de linguagens técnicas – termos técnicos normalizados com equivalentes consensualmente acordados a respeito de um conceito harmonizado anteriormente. Esta experiência com um âmbito restrito da terminologia parece explicar sua abordagem e a essência de seu

posicionamento teórico. Por este motivo, escrevi, em determinado momento, que Wüster desenvolveu uma teoria sobre o que a terminologia deveria ser, a fim de assegurar uma comunicação multilíngue inequívoca, e não sobre o que a terminologia de fato é em sua ampla variedade e pluralidade.

Diante desta crítica, os adeptos do modelo de Wüster sustentam, contudo, que a Teoria Geral da Terminologia (como a escolheram chamar atualmente) se desenvolveu substancialmente em decorrência de contribuições posteriores, as quais, de acordo com eles, neutraliza as críticas feitas ao modelo. Estas contribuições modulam e complementam as ideias de Wüster, como pode-se observar a partir dos seguintes pontos:

- O objetivo da normalização internacional amplia-se através de sugestões de elaboração de terminologias como parte do planejamento linguístico.
- Admite-se sinonímia controlada. A obra póstuma de Wüster já reconhece este ponto.
- Admite-se certo grau de sinonímia, embora evitá-la seja recomendado em uma terminologia que pretende ser normalizada.
- Insere-se a fraseologia ao estudo de unidades terminológicas.
- Reconhece-se o significado de formas orais em contextos de planejamento linguístico.
- O modelo torna-se dinâmico ao introduzir a descrição do processo de formação de novos termos.
- Introduce-se a representação de estruturas conceituais não hierarquicamente ordenadas.

Por outro lado, permanece inalterado:

- A prioridade do conceito acima da designação e, consequentemente, sua autonomia.
- A precisão do conceito (monossemia), embora se admitam dimensões, tais como parâmetros de classificação.

- O conceito semiótico das designações.

A partir desses pressupostos sobre sua evolução, constatamos que a terminologia aplicada não é necessariamente prescritiva, porém, apesar disso, permanece:

- A necessidade de regras para as aplicações que almejam a normalização e o planejamento linguístico.
- O controle deliberado da evolução (planejamento, harmonização, normalização), embora se reconheça que esta é uma atividade voluntária.
- A prioridade de formas internacionais de designação.
- A restrição a formas escritas mesmo para terminologias destinadas ao planejamento linguístico.

Ao manter a prioridade do conceito, a metodologia de trabalho continua a ser restrita à abordagem onomasiológica².

3. Por que tanto tempo se passou antes que novas contribuições teóricas fossem dadas ao estudo da terminologia?

Acredito que, até o presente momento, a terminologia não se beneficiou do desenvolvimento natural da maioria das outras disciplinas. A ciência avança graças ao confronto e à interação, ao contrastar hipóteses com objetos empíricos, ao sugerir modelos e teorias alternativas, e, por fim, ao avaliar a plausibilidade dessas teorias. Nesse sentido, a terminologia não tem apresentado um desenvolvimento regular que, em minha opinião, pode ser explicado por diversos motivos dos quais os seguintes merecem especial destaque.

O primeiro motivo é que ela é uma disciplina jovem. Estabelecer a terminologia como disciplina é mérito de Wüster e de poucos ou-

² Myking (2001) é particularmente relevante a este respeito.

tros pensadores de sua época. Afora o impacto inicial da tese de doutorado de Wüster na década de 1930, devemos situar este processo na década de 1950. A gênese de qualquer disciplina é frequentemente marcada por discussões minuciosas sobre o conjunto de ideias básicas fundantes, com o objetivo de consolidá-las em uma disciplina.

O segundo e mais importante motivo é que, até o momento, não houve uma discussão séria sobre essas ideias básicas. Durante os últimos cinquenta anos, não vimos um número suficiente de publicações com discussões substanciais e amplamente disseminadas, as quais poderiam ter enriquecido as premissas teóricas através de posicionamentos alternativos argumentados de maneira consistente.

O terceiro motivo que talvez possa explicar a evolução irregular da terminologia é o fato de que, há duas décadas, a discussão teórica reduziu-se a simplesmente conjecturar sem aceitar que uma teoria somente é válida na medida em que permite a descrição de seu objeto e, conseqüentemente, a descrição dos dados através dos quais tal objeto se manifesta.

O quarto motivo é a ausência de qualquer confronto genuíno de opiniões. Por muitos anos, o único fórum voltado para discussões teóricas sobre terminologia foi gerenciado por um único centro, havendo assim um controle implícito ou explícito sobre quaisquer dissidências. Além disso, este centro apresentou os princípios já estabelecidos como sendo pontos de partida a priori invioláveis.

O quinto motivo, que pode explicar a homogeneidade continuada dos princípios estabelecidos, é a falta de interesse em terminologia por parte de especialistas de outros ramos da ciência, tais como da linguística, da psicologia, da filosofia, da história da ciência e mesmo dos estudos do discurso e da comunicação. Por vários anos, a terminologia se viu como uma simples prática com o objetivo de atender necessidades específicas ou como um campo de conhecimento cujos signos não tinham nada a ver com os signos linguísticos. Exceto pela obra de Slodzian (1993, 1995), a filosofia da ciência também se manteve distante dessa controvérsia.

Um sexto e igualmente importante motivo, proveniente deste último, tem sido a ausência de fortes teóricos neste campo. Em-

bora tenham surgido diversas oportunidades para se discutir terminologia, a grande maioria dos interessados pelo assunto tem sido praticantes de outras áreas com o objetivo de solucionar problemas específicos de seus próprios campos de atuação: tradução, discurso especializado, ensino, recuperação de informação, para citar alguns. Poucos desses interessados pela terminologia a analisaram como campo de conhecimento. Ainda pior, em diversos casos, as reflexões teóricas têm sido taxadas de inúteis para as aplicações práticas pretendidas.

Um sétimo motivo é a forma como as críticas ao posicionamento tradicional vêm sendo recebidas, mais propriamente como uma tentativa de sabotar a teoria da terminologia já estabelecida. Por conta disso, ainda existe um bloqueio absoluto de qualquer ideia que venha de fora dos grupos aceitos e, consciente ou inconscientemente (eu não tenho nenhuma opinião quanto a isto), as pessoas e as ideias que não estão em conformidade com a terminologia “oficial” foram ignoradas³.

É evidente, ainda, que a prática terminológica fora dos contextos da normalização revelou incongruências entre os dados reais e alguns dos princípios da teoria. Mesmo no contexto de línguas minoritárias, a prática terminológica com base em evidências sociolinguísticas se afastou dos princípios da teoria. Entretanto, ou por causa de uma simples falta de conhecimento sobre as contradições entre teoria e prática ou por conta da indiferença em relação às premissas teóricas, a terminologia seguiu por um caminho aparentemente homogêneo e bem estabelecido⁴.

Podemos tentar explicar esta atitude defensiva de três formas:

- a. Pode ter havido a necessidade de concentrar todos os esforços na harmonização e na legitimação de uma nova discipli-

³ Para provar este ponto, basta apenas observar os nomes dos palestrantes convidados regularmente aos eventos organizados pelo *Infoterm*, ou observar a falta de nomes de especialistas de fora do círculo oficial nas publicações do grupo central.

⁴ Meu livro de 1992, traduzido para o espanhol em 1993 e publicado em inglês em 1999, é um exemplo dessa contradição entre prática social e princípios não sociais.

- na, iniciada por Wüster e continuada pelas organizações que ele fundou⁵.
- b. Pode ter havido a necessidade de se manter um controle centralizado sobre a teoria da terminologia para evitar vozes dissidentes que pudessem comprometer seu reconhecimento como disciplina⁶.
 - c. Com o intuito de resguardar a homogeneidade metodológica, a que Wüster havia estabelecido e utilizado para a normalização multilíngue internacional, pode ter havido a necessidade de marginalizar quaisquer tentativas que exigissem uma alteração substancial da metodologia estabelecida. Este posicionamento se manifestou através do escasso interesse em desenvolver novos métodos de trabalho exceto quando demandado por necessidades práticas⁷.

⁵ Para Wüster, a consolidação de uma disciplina parece ter sido manifestada por meio de publicações específicas sobre o assunto e pelos eventos, programas e cursos organizados em torno dele; esta política é ainda evidente nas publicações dos grupos sucessores.

⁶ Este controle foi realizado a partir de Viena através organizações “internacionais” que atualmente constituem o *Global Group* (<http://linux.infoterm.org>), como *Infoterm*, *IITF*, *TermNet* e *TKE*, eventos como as escolas de verão do Inforterm e da *IITF*, os congressos do *TKE*, *TAMA* etc. e publicações como *Terminology Science & Research* e as séries do *Infoterm*.

⁷ O resultado desta posição é que, por muitos anos, teve-se a impressão de que inovações na terminologia só poderiam surgir em aplicações e tecnologias relacionadas. O impacto da explosão terminológica em Québec no cenário internacional levou a metodologias apropriadas para o planejamento linguístico. Incidentalmente, Québec nunca foi reconhecida por Viena como “Escola”. A necessidade por métodos terminológicos voltados ao planejamento linguístico foi, no entanto, reconhecida eventualmente no caso de países escandinavos e, mais recentemente, os países bálticos. Consulte especificamente o volume publicado em 1992 na série da *IITF*, que reúne os trabalhos lidos na *International Conference on Terminology Science and Terminology Planning* (Riga 1992), editado por Kewley-Draskau e Picht.

4. Por que, subitamente, tantas vozes críticas surgiram, tanto dentro quanto fora das perspectivas tradicionais?

É lei da natureza que um tempo de contenção e concentração seja seguido por um de expansão e desenvolvimento. Parece este ter sido o caso da recente história da terminologia: a contenção dos anos de 1960, 70 e 80 deu lugar à manifestação diversificada de novas ideias na década de 1990 e nos anos iniciais do século atual.

Tendo em vista que tais ideias contribuem para a consolidação da terminologia como disciplina científica, acredito serem perfeitamente válidas todas estas novas contribuições. Algumas declarações críticas serão, sem dúvida, rejeitadas por serem cientificamente fracas, outras serão descartadas por serem irrelevantes; porém muitas certamente contribuirão para o progresso e a consolidação da terminologia como campo de conhecimento. Agora, embora a crítica seja necessária para o desenvolvimento científico de uma disciplina, a crítica de terminologia, se acreditarmos em Budin, parece não ter sido a correta:

Contrariando as normas éticas na ciência, praxe em todas as disciplinas, inclusive nas ciências sociais e humanas, algumas críticas⁸ simplesmente ignoraram monografias e artigos publicados recentemente que estão acessíveis em inglês e em outros idiomas que certamente contribuem para uma descrição mais científica e atualizada da terminologia (Budin 18).

A crítica à terminologia tradicional advém de três lados: da ciência cognitiva, das ciências da linguagem e das ciências da comunicação.

A psicologia cognitiva e a filosofia têm enfatizado a dificuldade de se delinear uma separação clara entre o conhecimento geral e o

⁸ Gerard Budin não menciona nomes.

especializado e tem mostrado como o conhecimento geral contribui para a aquisição do conhecimento especializado. Também têm salientado o papel importante dos interlocutores para a construção do conhecimento através do discurso e da onipresença da cultura (mesmo a cultura científica) na percepção da realidade.

As ciências da linguagem, em especial a linguística e a sociolinguística, têm questionado a rígida divisão entre linguagem geral e especializada; têm examinado minuciosamente as bases sociais de linguagens de especialidade e formulado hipóteses generalizadas que podem conduzir a modelos nos quais o geral e o especializado podem ser integrados. Neste tipo de ciência da linguagem, semântica e pragmática desempenham um papel importante. Além do aspecto formal da linguagem, os modelos linguísticos compatíveis com a terminologia devem levar em consideração aspectos cognitivos e funcionais. A linguística textual e a linguística de corpus fornecem uma estrutura gramatical que se estende além dos limites oracionais da linguística estrutural e dos modelos gerativos padrões.

As ciências da comunicação têm desenvolvido cenários situacionais diversificados e proposto modelos na forma de quadros nos quais a comunicação especializada é integrada como um conjunto de opções dentro de um único esquema, em vez de tratá-la como um tipo diferente de comunicação. A análise do discurso está cada vez mais interessada no discurso especializado, bem como em sua representação social e distribuição.

Por fim, durante as duas últimas décadas, inúmeras associações e redes nacionais, regionais, transnacionais e transregionais de terminologia surgiram na Europa, América Latina, África e Ásia, ao mesmo tempo em que o número de encontros, oportunidades de treinamento e publicações se multiplicaram⁹. As lideranças desses vários grupos frequentemente ignoram a existência uns dos outros, seguindo, assim, o padrão de comportamento costumeiro entre as autodenominadas organizações internacionais.

⁹ No momento, os países de línguas românicas aparentam estar particularmente ativos nesta direção.

5. Como estas novas ideias foram recebidas?

As reações dos centros tradicionalmente dominantes na disseminação de ideias sobre terminologia foram rápidas. As palavras de Myking a seguir apontam para uma nova preocupação para a terminologia dominante:

Um risco potencial que deve ser prevenido, aparentemente, é o de que posicionamentos epistemológicos e paradigmáticos diferentes impeçam uma cooperação prática, acarretando em redes divididas e falta de contato entre as diferentes comunidades do discurso terminológico. De modo a prevenir tais problemas, temos que, pelo menos, ler as contribuições uns dos outros (Myking 63)¹⁰.

Em um primeiro momento, as críticas foram percebidas enquanto tentativas de rejeição sem argumentos apropriados, e um motivo para a dissidência de vozes entre certos grupos foi buscado em seu próprio contexto: por exemplo, a inadequação das políticas terminológicas do país do crítico¹¹.

É um pouco estranho notar a falta de autocritica por parte do grupo vienense quando confrontado com estes comentários externos. A primeira reação do grupo é considerar a discordância da doutrina como uma forma de ataque decorrente do desconhecimento dos princípios originais (uma falta de estudo das obras de Wüster, pelo menos em sua língua original) e das contribuições mais recentes.

¹⁰ É interessante notar que em 2001 foi o primeiro ano no qual os centros tradicionais analisaram os pontos de vistas de grupos externos. A preocupação com outras vozes começa a partir do momento em que a força e a diversidade dessas vozes ameaça a posição tradicionalmente dominante.

¹¹ Refiro-me aqui à “Socioterminologia” do grupo de Rouen, cujas críticas do grupo de Viena, Myking atribui à insatisfação com a rígida política linguística na França.

Na verdade, acredito que não foi entendido que tanto a concentração do desenvolvimento teórico quanto a disseminação de premissas teóricas por um único grupo, além da endogamia praticada na organização de atividades, são responsáveis por pelo menos parte dessas reações. Após o espanto inicial, a defesa foi organizada em três linhas:

- a. A linha negativa – inicialmente a mais forte, mas que agora está bastante residual – que culminou em uma rejeição infundada e ignorando a existência do oponente.
- b. A linha construtiva, que, a meu ver, tem duas versões: i) uma, que se dedica de forma positiva a revisar a teoria propriamente dita e a avaliar opiniões dissidentes; ii) outra, que tenta refinar a interpretação da obra original de Wüster com o intuito de silenciar os críticos.
- c. A linha probabilística, que se manifesta na revisão dos postulados originais, e de alguns postulados estrangeiros, com o propósito de chamar a atenção à necessidade de cooperação na construção de uma teoria mais ampla e integrada que finalmente dê conta de toda a complexidade da terminologia.

Esta última linha de reação aparenta ser a preferida de Budin, quando ele afirma:

Muito embora várias das críticas direcionadas à teoria de Wüster estejam corretas, uma abordagem mais construtiva e coordenada para avaliar e comparar teorias e pressupostos e hipóteses individuais seria muito mais produtiva para desenvolver a teoria da terminologia a partir de uma perspectiva mais holística e integradora. ...Felizmente, diversas foram as teses de doutorado escritas nos últimos anos tomando posicionamentos críticos em relação aos princípios estabelecidos, mas, ao mesmo tempo, apresentando seu próprio modelo teórico, o que de fato contribui para elevar a teoria da terminologia (Budin 18)¹².

¹² É lamentável que Budin não especifique as contribuições concretas que os

Em um argucioso artigo, Myking (2001) parece seguir a mesma linha. Ele discute sobre a contribuição que a socioterminologia tem feito ao conceito original de Wüster e estabelece três tipos de posicionamento críticos:

- a. Moderado e “fiel”: por exemplo, Laurén, Myking e Picht (1998)
- b. Radical e “subversivo”: socioterminologia, terminologia sociocognitiva
- c. Radical e “fiel”: Bertha Toft (por exemplo, 1998, 2001).

De acordo com Myking, o primeiro tipo tenta aproximar, e até mesmo integrar, a terminologia com a linguística sem prescindir dos fundamentos teórico-metodológicos estabelecidos, especialmente a conexão onomasiológica com a conceitologia. Tal posicionamento demanda um entendimento muito amplo e liberal de linguística, aberto à descrição semântica e, portanto, distante do estruturalismo e do gerativismo, ao passo que, simultaneamente, alega reduzir a polaridade entre terminologia e linguística de fases anteriores da terminologia tradicional.

Os autores do segundo grupo, na percepção de Myking, rejeitam completamente a terminologia tradicional. Um resultado desse posicionamento é a acentuação da divisão entre terminologia tradicional e linguística.

O terceiro grupo enfatiza a necessidade de se estudar Wüster com o intuito de *complementá-lo e adaptá-lo* aos avanços da linguística cognitiva e funcional. É importante salientar que para Myking a única diferença entre o primeiro e o terceiro grupo seria que este último especifica o cognitivismo como seu ponto de partida teórico, enquanto que o primeiro afirma que trabalha de forma eclética.

Na perspectiva de Myking, as diferenças que surgiram entre os adeptos mais ou menos críticos de Wüster e seus detratores podem ser apontadas de acordo com os ambientes onde trabalham, ou monolíngue ou plurilíngue.

seguidores de Wüster, mesmos os críticos, fizeram ao paradigma oficial.

Budin acrescenta que tais posicionamentos, essencialmente, são fortemente condicionados por suas orientações práticas e arraigados a seus respectivos ambientes culturais e linguísticos.

Além da fragmentação em linhas de divisão entre profissionais, campos de atuação e áreas de pesquisa científica, existe outra fragmentação em linhas fronteiriças entre diferentes culturas e diferentes comunidades linguísticas. Embora o trabalho terminológico prático seja um empreendimento internacional (por ser realizado ao redor do mundo, em diversos países e em diferentes línguas), os terminólogos nessas comunidades linguísticas não estão a par do que está sendo feito em outras línguas ou em outros países.

Todas as tentativas realizadas até o momento de se estabelecer teorias no campo da terminologia podem ser caracterizadas por uma forte orientação rumo à resolução de problemas de ordem prática e ao estabelecimento de métodos com justificação científica para tornar mais eficientes esses esforços (Budin 14–15).

Por essa razão, pondera Budin, deveria haver uma abordagem básica que permitisse a resolução de todos os problemas terminológicos da comunicação profissional, independente da geografia e das línguas¹³.

Myking aporta razões diferentes para as divergências que ele encontrou nos três tipos de posicionamentos críticos:

Em certa medida, isto corresponde a uma diferença de motivações práticas, que é o planejamento linguístico (monolíngue) no caso de (b), em contraste com um maior interesse por aspectos de tradução e, até mesmo, problemas de normalização nos casos de (a) e (c). Tais casos merecem mais investigação, pois fornecem explicações parciais para

¹³ Percebemos que a questão se voltou para a identificação e a explicação das necessidades comuns dos profissionais.

a aparente hostilidade em relação à terminologia tradicional. A mudança de paradigma na linguística em direção ao cognitivismo é diretamente relevante para esta discussão (Myking 56).

Acredito que as explicações de Myking não são suficientemente fundamentadas e provavelmente advêm do fato de que, tradicionalmente, havia uma tendência de os diferentes posicionamentos em terminologia serem apresentados sob a forma de dicotomias, o que simplifica demais a questão:

- a. a orientação da terminologia: planejamento linguístico vs. comunicação especializada;
- b. o tipo de terminografia: específica do assunto/pontual vs. sistemática;
- c. a orientação metodológica: semasiológica vs. onomasiológica.

Mas é igualmente verdade, e aqui encontra-se a importância das vozes dissonantes, que, além de preocupações práticas, existem diferentes concepções, diferentes pontos de partida, diferentes bases para diferentes abordagens teóricas.

Em 1993, Laurén e Picht realizaram a primeira tentativa de comparar teorias. Fazendo uso do método cooperativo, suas comparações se basearam nas similaridades ou divergências de cada grupo quanto à concepção do conceito, do termo, da relação entre eles, do posicionamento quanto ao planejamento e à normalização, do lugar reservado para a terminologia entre as ciências etc. Nas palavras de Budin, eles chegaram à conclusão de que:

...as teorias e escolas comparadas (a chamada *Escola de Viena*, com Wüster e Felber como principais representantes, a chamada *Escola Soviética* e a chamada *Escola de Praga* e diversos outros centros tradicionais de pesquisa, tais como Canadá, Alemanha, Escandinávia e alguns esforços mais re-

centes em terminologia e engenharia do conhecimento) têm muito mais em comum do que comumente presumido, que estas “escolas da terminologia” nunca realmente existiram como tradições claramente divididas e isoladas, mas sim como tradições de pesquisa intimamente conectadas e interativas que compartilham de um grande conjunto de pressupostos teóricos, e que as diferenças residem nas diferentes prioridades e interesses de pesquisa. A conclusão foi a de que deveríamos falar sobre uma única teoria da terminologia que todos os pesquisadores compartilham e contribuem de diferentes formas (e em diferentes línguas)¹⁴ (Budin 17)¹⁵.

A teoria desenvolvida depois de Wüster por seus discípulos “fieis” apresenta características que nos permitem falar de uma visão nova ou ampliada. De modo a evitar confusões com a teoria de Wüster, chamarei a teoria tradicional da terminologia, tal como desenvolvida adiante pelos seguidores de Wüster, de *Teoria geral expandida*.

As principais características da *Teoria geral expandida* são sintetizadas por Myking com as seguintes descrições:

- uma plataforma teórica caracterizada pelo ECLECTICISMO;
- um conjunto de princípios epistemológicos: CONCEITOS INDEPENDENTES;
- um método operacional: ONOMASIOLOGIA;
- um conjunto de problemas definidos: NORMALIZAÇÃO (Myking 61).

¹⁴ Talvez pudéssemos concordar com as conclusões de Laurén e Picht (1993) caso os posicionamentos analisados fossem os tradicionalmente citados. Não acredito que se teria chegado às mesmas conclusões quando posicionamentos críticos mais recentes fossem analisados.

¹⁵ Infelizmente, não sou capaz de ler a versão original deste artigo, escrita em alemão. Por conta disso, dependendo do resumo feito por Budin (2001). Por sua importância para a evolução das teorias terminológicas, seria útil ter uma tradução para o inglês desse artigo.

A síntese de Myking pode ser considerada a espinha dorsal da teoria tradicional expandida e nos permite formular os seguintes questionamentos:

- Esse agrupamento de premissas permite a construção de uma teoria suficientemente ampla de forma que diferentes abordagens possam ser acomodadas?
- É ampla o suficiente para acomodar as diferentes aplicações voltadas a uma vasta gama de diferentes necessidades terminológicas?

Acredito que a descrição de Myking da teoria tradicional expandida justifica o avanço em direção à construção de uma teoria terminológica que dê conta dos dados empíricos produzidos em uma grande variedade de circunstâncias e, ao mesmo tempo, ofereça espaço adequado para diferentes pontos de vista e a determinação de prioridades para responder a diferentes necessidades. Em minha opinião, não se trata, portanto, de uma questão de defender posicionamentos, mas sim de analisar se as ideias desenvolvidas até então são suficientemente amplas e representativas dos dados terminológicos e suas funções gerais para nos permitirem falar já de uma teoria única da terminologia. Nesta discussão, a teoria tradicional expandida desempenharia obviamente um papel muito importante por conta de sua coerência interna, mas não seria apropriada para formar o núcleo inicial de uma teoria cuja base seja enriquecida com elementos originados de outras concepções e necessidades. Para mim, é uma questão de senso comum construir uma base ampla em vez de se começar de uma teoria limitada e expandi-la. Dentro de um esquema teórico amplo, diferentes concepções podem ser acomodadas, contanto que não haja contradição interna e contanto que os dados possam ser descritos e possivelmente explicados.

Nesse aspecto, concordo com Budin quando ele afirma que:

... podemos esperar que uma teoria única da terminologia, porém coletiva, ademais de multifacetada e multidimensional, esteja surgindo no momento, graças a conquistas pioneiras da primeira geração de pesquisadores em terminologia, e agora com uma nova geração de jovens pesquisadores trazendo muitos aspectos à discussão... (Budin 20)

6. Que tipo de teoria seria necessária para dar conta da terminologia em conjunto?

Para começar, volto aos questionamentos, tão claramente mencionados por Myking, para analisar as diferentes abordagens teóricas da terminologia, aos quais ele responde a partir de seu posicionamento teórico dentro da teoria tradicional expandida:

- Identificar a terminologia tradicional como “prescritivismo”: isto se justifica? (Myking 63).

Não para os tradicionalistas, declara Myking, muito embora haja razões que possam justificá-la.

- Objetivos prescritivos constituem um empecilho para uma terminologia robusta? (Myking 63).

A resposta de Myking, mais uma vez, é não, apesar de ele reconhecer que, em determinados contextos de planejamento (ele se refere ao francês), a dimensão sociolinguística da terminologia é subestimada e a tendência unificadora é reforçada.

- A terminologia tradicional foi removida da sociedade? (Myking 63).

A partir de um posicionamento “tradicionalista”, a resposta é não, muito embora o autor reconheça que essa relação nem sempre é ex-

plicada adequadamente; tampouco foi integrada de forma satisfatória à teoria da terminologia. Em decorrência disso, deu-se origem à imagem da terminologia enquanto uma simples “ferramenta técnica”.

6.1 Os dados sendo examinados

As observações de Myking me permitem explicar meus pontos de vista quanto à construção de uma teoria e, mais especificamente, quanto à importância da prescrição neste desenvolvimento.

Minha opinião é a de que uma teoria nunca pode ser prescritiva, pois é formada por uma unidade de axiomas ou princípios básicos integrados de forma coerente que permitem a descrição de um objeto, de suas propriedades, de suas relações e operações dentro de um determinado contexto. A teoria desenvolvida por Wüster não é prescritiva, mas sim descritiva, muito embora os dados que ele descreveu não sejam representativos da grande diversidade da terminologia e, dessa forma, a teoria que ele inferiu a partir desses dados não era imparcial.

Agora que estabelecemos nosso posicionamento quanto ao primeiro conjunto de perguntas, podemos enfrentar um segundo conjunto, também formulado por Myking, que nos auxilia a lidar com o problema de se construir uma teoria da terminologia.

- Orientações “correcionistas” têm por objetivo solucionar os mesmos problemas que a terminologia tradicional?
- “Descrever terminologia” é um objetivo legítimo por si só, e “descrever” é de fato incompatível com “aprimorar”?
- Problemas monolíngues e voltados ao planejamento linguístico, por exemplo, em áreas de língua francesa, catalã e islandesa, demandam uma teoria (mais ou menos) diferente do que a terminologia tradicional poderia oferecer?
- É quando se trata, então, da terminologia multilíngue em nível supranacional, como na União Europeia?
- Como uma perspectiva cognitivista quanto à motivação poderia ser combinada com a resolução de problemas plurilín-

gues, seja a respeito da normalização ou da produção de dicionários especializados? (Myking 62).

Acredito que a maioria dessas questões já tenha sido respondida com o que já foi declarado. O objetivo final de qualquer teoria deve ser descrever dados reais; ela deve ser internamente consistente e ser potencialmente preditiva. Toda teoria tem uma face aplicada a partir da qual podem ser geradas aplicações para solucionar problemas. A teoria da terminologia não é nenhuma exceção.

Se existem críticas à teoria tradicional, é porque o objeto terminológico foi delimitado de maneira diferente e estudado a partir de posicionamentos e perspectivas diferentes (o que não implica diferentes objetivos práticos). Verdade, se os dados observados e descritos forem o conteúdo de um dicionário, e especialmente se o dicionário for normalizado, chegar-se-á à conclusão de que a terminologia é inequívoca e sistemática, que os termos em diferentes línguas são completamente equivalentes, que o conceito é sempre semanticamente preciso (ou, em outras palavras, os conceitos são ordenadamente distinguidos uns dos outros dentro de uma disciplina), que são universais em uma dada disciplina e que as designações tendem a ser formalmente similares, dessa forma, seguindo rumo à condição de uma terminologia internacional.

Porém, se observarmos os dados terminológicos em seu contexto natural de discurso, com variações segundo os diferentes registros funcionais da comunicação especializada, os dados se tornam menos sistemáticos, menos inequívocos, menos universais do que os outros. O motivo para isto é óbvio: em discursos especializados escritos e orais, os termos são um meio de expressão e comunicação e, consoante estas duas variáveis, o discurso será marcado por redundância, por variação conceitual e sinonímica e, ainda, permitirá a observação de que nem sempre existe um equivalente perfeito entre línguas. A diferença no enfoque da observação dos dados é responsável por uma das mais importantes discordâncias.

Nesse sentido, partilho completamente dos pontos de vista de Antia, corroborados por Myking ((B) 62):

O posicionamento epistemológico para uma teoria do objeto terminológico deve transcender o realismo ingênuo inerente ao neopositivismo e ao solipsismo representado pelo construtivismo radical... Vários posicionamentos intermediários são considerados mais apropriados para a terminologia... Dar destaque a tais posicionamentos intermediários, ou adotar uma ampla perspectiva epistemológica, é adotar o pluralismo ontológico em detrimento de uma unidade ontológica (Antia (A) 89).

A segunda discordância diz respeito aos objetivos da terminologia e, mesmo que pareça diferente, em sua essência, ela advém da mesma causa: o escopo limitado dos dados em observação e suas implicações.

Se, para Wüster, o objetivo principal da terminologia era evitar ambiguidade na comunicação intraprofissional internacional, é óbvio que o escopo da terminologia tenha sido limitada à normalização dos conceitos (que, por sua vez, deu origem à ideia de que o conceito é independente e precede a designação) e a normalização de suas designações em diferentes línguas. Contudo, trabalhos envolvendo termos podem ocorrer em outros contextos de representação e comunicação, demandando, então, uma perspectiva mais ampla da terminologia. Darei apenas um exemplo: tradução. Os textos com os quais um tradutor especializado deve lidar não pertencem todos ao mesmo registo de comunicação, muito embora todos compartilhem do mesmo nível de formalidade essencial para a comunicação profissional, tampouco se demanda o mesmo nível de especialização em suas variadas funções; além disso, em diversas áreas não existem conceitos harmonizados¹⁶.

Esta variação “vertical” de textos se reflete na quantidade e nos tipos de terminologias neles presentes. Um texto com um menor

¹⁶ No caso de traduções de assuntos cuja concepção difere nas respectivas culturas, a tradução deve especificar previamente o seu propósito: é uma questão de trazer a realidade do original para o novo leitor ou transferir a realidade do original para uma nova cultura; o que representa equivalência terminológica difere entre esses dois cenários.

grau de especialização e com função didática é conceitualmente mais redundante e, por conta disso, terá mais variações de designação do que um texto altamente especializado com o intuito de comunicar inovações científicas a outros profissionais da área de mesmo nível.

Com relação ao original, afirma-se que uma tradução — e traduções técnicas não são exceção — deve ser literal quanto ao seu conteúdo, apropriada quanto à sua expressão, adequada quanto ao registro e precisa quanto à retórica da comunidade receptora, de modo que um texto traduzido é completamente comparável com um texto originalmente redigido na língua alvo. Com vistas a alcançar este objetivo, é evidente que tradutores devem utilizar a terminologia apropriada (a dos especialistas da comunidade alvo), o mesmo grau de variação de expressão (a menos que o texto seja destinado a uma função receptora diferente) e uma seleção de estruturas designativas mais apropriada ao tipo de texto.

6.2 A noção de teoria

Uma das principais perguntas que se deve fazer ao se formular uma teoria da terminologia é o que é uma teoria e o que ela representa na construção de uma teoria da terminologia.

No âmbito de uma abordagem positivista do conhecimento, uma teoria¹⁷ é um sistema de proposições deduzidas a partir de uma pequena quantidade de princípios cujo objetivo é representar um conjunto de leis experimentais da forma mais simples, completa e precisa possível. As condições de simplicidade, completude e precisão abrem as portas para uma análise de ordem lógico-formal, o objetivo principal do positivismo lógico recorrente na ciência durante o século XX. Nessa perspectiva, uma teoria pode ser com-

¹⁷ O termo *teoria* se origina do grego *theoreo* significando “olhar” e seu derivado *theoreos*, um nome dado aos embaixadores enviados pelas cidades para observar um evento sem tomar parte dele. Dessa forma, “teoria”, a atividade de observar dos embaixadores, tem seu significado extraído da ideia de contemplar, tanto em sentido físico quanto mental.

preendida como um conjunto de hipóteses que, uma vez estabelecidas, podem ser confirmadas ou refutadas.

Em seus aspectos formais, as teorias canônicas dispõem de seu próprio alfabeto ou de um conjunto de signos que, juntamente com suas regras de formação correspondentes, definem uma linguagem formal na qual se expressa o conjunto de axiomas; e, com base nestes últimos e por meio das regras de formação, teoremas são elaborados, constituindo a teoria. Esta rede formal se relaciona com o nível empírico através de regras de correspondência que permitem a projeção de um nível sobre o outro. A diferenciação radical entre dados e teoria, característica do positivismo, não aparece na filosofia analítica.

Uma teoria pode ter diversos graus de adequação. Uma teoria tem adequação observacional se ela permite a descrição dos dados observados. Tem adequação descritiva se, além de permitir a descrição dos dados observados, também permitir a descrição de dados não observados que possam surgir. Isso a torna preditiva. Uma teoria tem adequação explicativa se, além de ter adequação tanto observacional quanto descritiva, ela explicar como e por que os dados são produzidos e como são obtidos. Não obstante, a construção de uma teoria não é simples. Em primeiro lugar, raramente parte-se da ideia de um indivíduo, mas sim do resultado de um esforço mais amplo, diversificado e coletivo (por meio de cooperação ou controvérsia), geralmente evoluindo ao longo de um período prolongado de tempo.

Durante o tempo de desenvolvimento de uma teoria, várias atividades e processos diferentes ocorrem. Algumas vezes, uma teoria pode começar com uma intuição e um processo especulativo, levando a hipóteses que devem então ser refutadas ou confirmadas por meio de análises empíricas. Outras vezes, uma teoria é desenvolvida com base na refutação de outra teoria que é descritivamente insatisfatória. Às vezes, a mudança científica é evolucionária, ou seja, os princípios básicos de uma teoria não são questionados e tão somente aspectos e relações não descritas anteriormente são complementados; outras vezes, uma dada teoria pode seguir e substituir uma anterior. Nesse caso, falamos de uma mudança teórica e, se

a mudança for tão relevante de modo que a nova teoria represente uma concepção diferente de um fenômeno, mesmo sendo o mesmo fenômeno ou grupos de fenômenos, estaremos lidando com o que Kuhn (1962) denomina de *novo paradigma*.

A fim de desvendar a importância dos posicionamentos críticos em relação à teoria tradicional, vistos como alternativas por seus autores, Budin realizou uma análise comparativa dessas ideias em 2001. Sua avaliação preocupa-se com três conjuntos de ideias.

- a. Socioterminologia, onde ele também inclui os posicionamentos do grupo de Rouen, a terminologia de orientação social na Escandinávia, a chamada socioterminologia cognitiva de Temmerman (2000) e algumas contribuições individuais, tais como as de Boulanger (1995), Cabré ((D)) e Antia ((A)).
- b. Terminologia computacional, que utiliza corpora textuais e incorpora a pesquisa aplicada à engenharia terminológica, modelagem de dados e metadados para o processamento de informações terminológicas e análise de terminologia e suas relações a partir do posicionamento da linguística formal: Ahmad (1998), Heid (1999), Bourigault, Jacquemin e L'Homme (1998) e Pearson (1998).
- c. O paradigma independente de Riggs (1984), restrito às ciências sociais.

Após esta avaliação, ele chega à conclusão de que, de acordo com os critérios da filosofia da ciência, todas essas teorias (inclusive a tradicional) têm um teor teórico muito baixo. Muitos desses posicionamentos, afirma Budin, partem de uma seleção eclética de elementos teóricos de campos diferentes com um nível muito baixo de integração e poucos elementos originais, muito embora eles apresentem fortes pressupostos axiomáticos e algumas descrições parciais de fatos terminológicos. Ele conclui que, apesar de se autodenominarem teorias, não passam de “explananda”, fornecendo métodos de descrição, mas “quase nunca com explicações reais de certos fenômenos” (Budin 19).

Como resultado dessa pesquisa, ele se diz a favor do desenvolvimento coletivo de uma teoria genuína da terminologia, apesar de não afirmar que tipo de teoria ele tem em mente, nem oferecer mais detalhes de tal empreendimento conjunto.

Por outro lado, quando seguimos a argumentação de uma filosofia mais estrita da ciência e a opinião de vários pesquisadores da terminologia (por exemplo, Cabré), temos de chegar à conclusão de que só agora estamos começando a formar coletivamente uma real teoria da terminologia. Neste caso, ainda estamos longe deste objetivo, uma vez que os axiomas e os pressupostos subjacentes mais básicos deverão ser discutidos com maior riqueza de detalhes e a partir de um fundamento mais amplo (Budin 19).

7. Propostas para uma teoria integrada

Se algo ficou faltando no desenvolvimento da terminologia enquanto disciplina, foi o fato de que a teoria não evoluiu por meio de procedimentos científicos normais, a saber: formulação de hipóteses, sua respectiva confirmação ou refutação, análise empírica, busca por propostas ou sugestões mais generalizáveis, discussão e avaliação de propostas de acordo com critérios como simplicidade, capacidade descritiva ou ajuste psicológico.

Acredito que a terminologia somente irá avançar enquanto um campo científico de estudo quando nós, interessados em terminologia, pudermos explicar nossas ideias e discuti-las com base em dados concretos. Se não pudermos fazer isto, continuaremos apresentando princípios que não correspondem aos dados observáveis e tentando impor uma perspectiva sobre outra em vez de escolher, dentre todas as opiniões, os elementos e modelos mais adequados para explicar e descrever os dados terminológicos que constituem o cerne de nossa disciplina: suas características e propriedades,

seu funcionamento no discurso especializado e como tais dados são adquiridos. De modo a contribuir de forma efetiva com a construção e o desenvolvimento de uma teoria da terminologia, venho, desde 1996, formulando uma concepção teórica suficientemente ampla que possa englobar diferentes ideias sobre os termos. Com esta finalidade, inicialmente utilizei uma das possíveis acepções de “teoria”, mais propriamente, teoria enquanto um agrupamento organizado de declarações internamente coerentes e princípios ou condições que permitem a descrição (ou descrição e explicação) de um conjunto de fenômenos e suas relações organizado em volta de um objeto do conhecimento que constitui seu núcleo. Acredito que qualquer proposta de uma nova teoria deva, primeiramente, explicar seus pontos de partida para só então apresentar a perspectiva a partir da qual ela propõe a análise dos dados.

7.1 Os pressupostos

Partimos de dois pressupostos principais. O primeiro pressuposto é que a terminologia é simultaneamente: um conjunto de necessidades, um conjunto de práticas para resolver tais necessidades e um campo unificado do conhecimento¹⁸. O segundo pressuposto é que os elementos da terminologia são as unidades terminológicas. Discutamos tais pressupostos.

Em primeiro lugar, a terminologia pressupõe uma necessidade para todas as atividades relacionadas à representação e à transferência do conhecimento especializado, tais como tradução técnica, ensino de línguas para fins específicos, escrita técnica, ensino de temas especiais, documentação, engenharia linguística para áreas

¹⁸ Não considero as expressões *campo do conhecimento* e *disciplina* como sinônimas, muito embora elas sejam aqui utilizadas como equivalentes. Um campo do conhecimento é uma disciplina até o ponto em que é reconhecido institucional e socialmente através de um grau universitário ou um ramo de pesquisa ou tipo de atividade realizada em centros de pesquisa. Um campo de conhecimento é um termo semanticamente bem mais amplo: é um empreendimento intelectual preocupado com um objeto de estudo ou pesquisa.

especializadas, planejamento linguístico, normalização técnica etc. Observamos que todas as profissões que lidam com conhecimento especializado precisam de terminologia. Isto é óbvio: termos, em seu sentido mais amplo, são as unidades que manipulam de maneira mais eficiente o conhecimento de uma determinada área.

Em segundo lugar, a terminologia é um conjunto de aplicações na medida em que permite o desenvolvimento de produtos especificamente destinados a atender necessidades. A característica mais importante desses produtos é a sua pertinência. Uma aplicação terminológica deve ser destinada a atender necessidades específicas e, portanto, deve levar em consideração seus destinatários e as atividades que eles pensam em realizar ao utilizá-la.

Isto nos leva a pensar que, apesar do que é normalmente dito sobre glossários terminológicos normalizados, são as circunstâncias de cada situação que determinam o tipo de aplicação (glossário, léxico, dicionário, software, texto, cartaz etc. em uma ou muitas línguas), as informações que devem conter (terminologia, fraseologia, definições, variantes, contextos, representações fonéticas ou fonológicas, equivalentes em língua estrangeira, ilustrações etc.), sua representação e até mesmo o seu meio de disseminação.

Em terceiro lugar, a terminologia é uma disciplina e, como tal, é um conjunto organizado de princípios básicos acerca de um objeto de conhecimento. E uma teoria da terminologia deve descrever tal objeto e fornecer um modelo metodológico suficientemente amplo que inclua as práticas destinadas a atender diversas necessidades. Se aceitarmos o pressuposto de que a terminologia é um campo do conhecimento acerca de um objeto, a próxima questão seria qual é o objeto central da terminologia.

O segundo pressuposto do qual partimos é que o objeto central da terminologia são unidades terminológicas. Temos, então, que perguntar o que são unidades terminológicas, onde elas são encontradas e como as reconhecemos.

As unidades terminológicas multifacetadas são simultaneamente unidades de conhecimento, unidades de linguagem e unidades de comunicação. Pautada por esta abordagem, a descrição das unida-

des terminológicas deve necessariamente englobar os três seguintes componentes: um componente cognitivo, um componente linguístico e um componente sociocomunicativo.

Entretanto, esta composição tripla das unidades terminológicas não as diferencia de outras unidades da linguagem, tais como as palavras ou unidades lexicais no uso geral. Consequentemente, com vistas a legitimar as unidades terminológicas enquanto objetos específicos de terminologia, teremos de demonstrar que elas são específicas e explicar essa especificidade. É necessário, portanto, estabelecer condições restritivas que as distingam, por um lado, de unidades linguísticas de mesmo nível estrutural (ou seja, as palavras), e, por outro lado, de outras unidades que também expressem o conhecimento especializado (ou seja, unidades morfológicas, fraseológicas e oracionais especializadas).

A especificidade das unidades terminológicas em comparação com outras unidades de mesmo nível estrutural (palavras) e de mesmo modo de significado reside no fato de elas atenderem a condições restritas em cada um de seus componentes constitutivos: cognitivos, gramaticais e pragmáticos.

Seguindo esta linha de pensamento, consideramos as unidades terminológicas como conjuntos de condições que as diferem de outras unidades similares, porém distintas. Tais condições são provenientes de três áreas:

A partir da perspectiva de seu componente cognitivo, elas atendem, entre outras, às seguintes condições:

- a. dependem de um contexto temático;
- b. ocupam um lugar determinado dentro de uma estrutura conceitual;
- c. seu significado específico é estabelecido pelo lugar que ocupam nessa estrutura;
- d. este significado é definido explicitamente;
- e. este significado é considerado como propriedade da unidade;

- f. são definidas, reconhecidas e disseminadas por intermédio da comunidade especialista.

A partir da perspectiva de seu componente linguístico, elas atendem, entre outras, às seguintes condições:

- a. são unidades léxicas, ou por sua origem lexical ou por um processo de lexicalização;
- b. podem ter estruturas lexicais e sintáticas;
- c. enquanto estruturas lexicais, exploram todos os recursos de formação de palavra e dos processos de aquisição de novas unidades;
- d. em termos formais, podem coincidir com unidades que pertencem ao discurso geral;
- e. quanto à classe de palavra, ocorrem como substantivos, verbos, adjetivos ou advérbios, ou estruturas nominais, verbais, adjetivais ou adverbiais;
- f. pertencem a uma das categorias semânticas maiores: entidades, eventos, propriedades ou relações; estas categorias, com suas próprias subcategorias, não necessariamente se excluem mutuamente e devem, portanto, ser consideradas como valores semânticos;
- g. seu significado é específico dentro de um domínio especializado;
- h. seu significado é extraído a partir de um conjunto de informações de uma unidade lexical;
- i. a ordenação sintática se restringe aos princípios combinatórios de todos os itens lexicais de uma língua.

A partir da perspectiva de seu componente comunicativo, elas atendem, entre outras, às seguintes condições:

- a. ocorrem em discursos especializados;
- b. formalmente, adaptam-se a este tipo de discurso conforme às características temáticas e funcionais;

- c. dividem o discurso especializado com unidades pertencentes a outros sistemas icônicos ou simbólicos;
- d. são adquiridas por meio de um processo de aprendizagem e, dessa maneira, são manipuladas por especialistas de seus campos;
- e. são basicamente denotativas (o que não exclui conotações).

7.2 As questões

Após ter explicado os pressupostos básicos e identificado o objeto de nosso campo do conhecimento, formulei uma série de questões a respeito deste objeto, dos quais selecionei, para este artigo, as seguintes:

- Qual o objeto central de conhecimento da terminologia enquanto campo de estudo, ou, como alguns preferem vê-la, enquanto uma disciplina?
- Qual é a natureza deste objeto?
- Onde ocorre este objeto e como podemos observá-lo?
- Quais aspectos deste objeto observamos?
- Quais métodos utilizamos para realizar essa observação?
- Qual é a finalidade de nossa observação?

Responderei a estas questões detalhadamente na seção 7. Não obstante, devo tratar agora de dois aspectos das unidades terminológicas: a diversidade de conceitos acerca delas e como lidar com elas.

7.3 Abordagem e acesso ao objeto

Considerando que as unidades da terminologia são multidimensionais, uma teoria que pretenda descrevê-las também deve ter múltiplas dimensões. O excerto de Kocourek a seguir sintetiza a referida ideia:

A terminologia, sendo um fenômeno complexo, pode ser abordada a partir de diversos ângulos e por meio de diferentes métodos: lógico, filosófico, sociológico, psicológico, estatístico e outros, sem mencionar maneiras especialmente estabelecidas de lidar com a terminologia em domínios específicos. Mas já que a terminologia é um componente da linguagem, um lugar importante entre estas várias abordagens é, ou poderia ser, ocupado pela linguística. Em decorrência disso, a pesquisa terminológica tem sido inserida entre os domínios da linguística aplicada (Kocourek 217).

Mas agora também podemos perguntar: como podemos reconciliar a multidimensionalidade do objeto e o domínio com a condição de unidade de um campo de conhecimento da terminologia?

Para responder a esta questão, vamos dividi-la em duas:

1. Existem diferentes concepções do objeto de conhecimento da terminologia?
2. Em caso afirmativo, como podemos tratar o objeto da terminologia enquanto unidade ainda respeitando as diferentes concepções?

7.3.1 Concepções de terminologia enquanto objeto

A primeira questão deve ser respondida de forma afirmativa. Basta analisar os objetivos da teoria tradicional da terminologia outra vez para perceber que as unidades terminológicas não são o objeto central, tal como sustentamos, mas sim os conceitos e suas relações e, só então, as designações e os outros signos que os expressam. Para explicar esta diferença de opinião, fala-se de diferentes abordagens da terminologia, e mais especificamente de duas: uma abordagem semiótica e outra linguística. Na abordagem semiótica, o conceito é independente e precede a designação; e, além disso, a designação não é necessariamente expressa por meios linguísticos.

Este posicionamento pode ser justificado de duas formas. Primeira: porque um objeto previamente construído foi observado, ou seja, construído para que fosse posteriormente observado. Neste caso, uma versão harmonizada de um conceito foi “construída” com base em um consenso preestabelecido a partir da observação de um objeto, uma entidade na vida real ou uma representação linguística ou pictórica (uma definição ou explicação). Segunda: porque se faz referência à atividade cognitiva e pré-linguística. No nosso caso, a explicação mais provável seria a primeira.

Em contrapartida, para uma concepção linguística, o objeto de conhecimento são as unidades terminológicas concebidas enquanto combinações inseparáveis de forma e conteúdo. Dessa maneira, o conteúdo está associado à forma e, portanto, as unidades não apenas designam, mas também significam, com todas as consequências cognitivas de seus significados. Essas unidades, definidas enquanto combinações de condições linguísticas, mais propriamente, estruturais, categóricas, semânticas e sintáticas ocorrem no discurso especializado.

7.3.2 *Sobre a abordagem das unidades terminológicas*

Estas duas concepções do objeto terminológico podem ser reconciliadas? Ou, dito de outra forma, como podemos formular uma teoria na qual as diferentes vertentes da terminologia sejam combinadas?

Minha contribuição para esta questão consiste na formulação de um modelo que chamei de *teoria das portas*¹⁹. Este modelo tenta representar o acesso múltiplo, mas não simultâneo, ao objeto; e de modo que, tanto partindo-se do conceito como do termo ou das situações, o objeto central (a unidade terminológica) é abordado diretamente.

¹⁹ Esta teoria é representada apropriadamente pela imagem de uma casa; imaginemos uma casa com diversas portas de entradas. Podemos entrar em qualquer de seus cômodos utilizando uma porta diferente, mas a escolha da porta condiciona o caminho ao interior da casa. O arranjo interno dos cômodos não é alterado, o que muda é o caminho que se escolhe para entrar lá.

No centro do campo de conhecimento da terminologia, encontramos, portanto, as unidades terminológicas vistas enquanto um poliedro com três pontos de vistas: o cognitivo (o conceito), o linguístico (o termo) e o comunicativo (a situação). A base para esta proposta é seu ponto de partida, ou seja, colocar o elemento mais complexo do campo terminológico, a unidade terminológica, no cerne da questão. Por que eu a considero o elemento mais complexo? Porque ela apresenta a mesma multidimensionalidade da disciplina da terminologia em si: cada uma é um conjunto conceitual e formal utilizado sob determinadas condições. Desse modo, se aceitarmos a natureza multidimensional das unidades terminológicas, falamos de três dimensões que devem ser mantidas permanentemente diante de nossos olhos como o ponto de partida. Cada uma das três dimensões, embora inseparáveis na unidade terminológica, permite acesso direto ao objeto.

A vertente conceitual da unidade (o conceito e suas relações) pode ser a porta para a descrição e a explicação das unidades terminológicas, sem portanto rejeitar a sua multidimensionalidade. De igual modo, a vertente linguística é outra porta para a descrição. Logicamente, mantendo em mente que, muito embora as analisamos enquanto unidades linguísticas, elas não perdem sua natureza cognitiva e social. Por fim, se abordarmos a terminologia através da porta da comunicação, deparamo-nos com diferentes situações comunicativas nas quais as unidades linguísticas dividem espaço considerável com as de outros sistemas de comunicação.

Quais condições devem ser respeitadas quando se trata de selecionar uma ou outra porta de entrada para descrever e explicar as unidades terminológicas? São essencialmente duas: para a descrição dos dados, devemos adotar uma teoria adequada à respectiva porta de entrada, e devemos assegurar que esta teoria não negue a multidimensionalidade do objeto²⁰.

²⁰ Venho estudando este problema pelos últimos 15 anos. Em 1989, percebi inconsistências entre os princípios da única teoria da terminologia existente naquela época e a realidade dos dados empíricos; essas observações foram expressas em inúmeros artigos que indicavam a necessidade de uma nova teoria. Em 1996,

Perante a descoberta de que, apesar de sua consistência interna, a teoria tradicional era insatisfatória quanto à descrição de dados reais em toda a sua complexidade, eu tenho, ao longo dos últimos anos, pensado a respeito de como uma teoria multidimensional da terminologia poderia ser criada ampla o suficiente para abranger todos os posicionamentos teóricos diferentes existentes. E, dessa forma, a partir da minha experiência em linguística, eu estava determinada a delinear este modelo teórico amplo e, dentro dele, desenvolver uma abordagem para a descrição da terminologia com base na teoria da linguagem natural que descreve e explica as unidades terminológicas.

8. A formulação das proposições

Levando em consideração os pressupostos e as condições referentes às unidades que acabamos de apresentar, responderei as questões formuladas no final da seção 6.2 de forma a explicar o alicerce de uma teoria da terminologia de base linguística que pode descrever e explicar as unidades terminológicas em relação ao amplo arcabouço teórico que delineei.

Questão preliminar: qual é o ponto de entrada desta abordagem teórica?

Como já explicado, partimos de uma base teórica ampla e integradora que nos permite lidar com as unidades terminológicas a partir de diferentes posicionamentos e concepções, contanto que

formulei pela primeira vez alguns princípios desta nova teoria que eu esbocei em dois artigos, um de uma natureza básica, cuja primeira versão foi publicada em Buenos Aires; a segunda, tratando das implicações metodológicas, foi apresentado no *7th Ibero-American Symposium of Terminology*, que, além de aparecer nos anais do evento, também foi publicado na *Revista Argentina de Lingüística*. Os diversos artigos que representam os passos em direção a uma nova teoria estão compilados em Cabré (C).

a multidimensionalidade das unidades seja respeitada. Especificamente, abordamos as unidades a partir da porta da linguagem e, portanto, pretendemos explicá-las a partir da perspectiva de uma teoria das línguas naturais.

Primeira questão: dentro de qual parâmetro temos de estudar as unidades terminológicas, o objeto da teoria da terminologia?

As unidades terminológicas devem ser estudadas no âmbito da comunicação especializada, que é caracterizada por condições externas, tais como emissor, receptor e meio de comunicação, por condições de tratamento de informações, tais como uma categorização precisa determinada externamente pela estrutura conceitual, estabelecimento e validação pela comunidade especialista, por tratamento específico e contextualizado da temática, e, por fim, por condições que restringem a função e os objetivos desta comunicação.

Sob tais condições, o discurso especializado — além de sua preferência por determinados tipos de texto e de uma estrutura do conhecimento fortemente controlada — é distinguido através de uma apresentação sistemática da informação e por dois tipos de traços linguísticos. Em primeiro lugar, os lexicais, mais propriamente o uso de unidades exclusivas do tema ou unidades que, apesar de sua ocorrência mais ampla, têm um significado limitado neste contexto; e, em segundo lugar, os textuais, que consistem em textos tendo um conteúdo preciso e uma expressão mais concisa e sistemática que textos gerais por conta de sua estrutura de conhecimento, que é fortemente controlada pelo significado e seus conceitos. Os traços textuais são alcançados por uma seleção apropriada de instrumentos gramaticais²¹.

Esta ampla estrutura comunicativa abriga uma série de cenários comunicativos com a única condição de que transmitam conheci-

²¹ Para mais informações sobre as características de precisão, concisão e sistematicidade em textos especializados, consulte Cabré ((B), (F))

mento especializado. Eles englobam, por exemplo, a comunicação entre especialistas, entre especialistas e semiespecialistas ou técnicos, entre especialistas e aprendizes, bem como a popularização da ciência e da tecnologia²².

Segunda questão: onde observamos as unidades terminológicas?

Se alocarmos a terminologia no âmbito da comunicação especializada e estarmos cientes de que esta comunicação é percebida em diferentes modalidades, a observação de unidades pode ocorrer tão somente no discurso produzido em tais situações. Discursos de especialistas, orais ou escritos, direcionados diretamente, ou por meio de alguma mediação, a grupos específicos de destinatários constitui o material no qual podemos observar as unidades terminológicas. Um corpus diversificado será uma amostra representativa de discurso especializado em todas as suas formas.

Terceira questão: como reconhecemos as unidades terminológicas?

Começamos com o pressuposto de que o discurso especializado apresenta uma estrutura organizada de conhecimento. Esta estrutura poderia ser representada sob a forma de um mapa conceitual montado por nódulos de conhecimento, que podem ser representados por diferentes tipos de unidades de expressão e pelas relações entre esses nódulos.

As unidades que expressam conhecimento especializado podem ser de diferentes tipos de acordo com sua estrutura morfológica e sintática, suas classes de palavra, e sua semântica; representando nódulos de conhecimento de uma estrutura, elas têm um significado especial nessa estrutura²³. Entre todas estas unidades, identificamos

²² A disseminação de informações científicas e técnicas requer conhecimento detalhado prévio no sentido de que o emissor controla o significado preciso dos termos.

²³ Para mais informações, consulte Cabré (G)

as unidades terminológicas²⁴ por causa de sua correspondência com as unidades lexicais que ocupam um nódulo na estrutura conceitual de um domínio e porque semanticamente elas são as unidades autônomas mínimas dessa estrutura. Além das unidades lexicais, existem outros tipos de unidades de conhecimento especializado, a saber: unidades morfológicas, fraseológicas e oracionais especializadas.

Resumidamente, reconhecemos as unidades terminológicas a partir de seu significado no domínio, sua estrutura interna e seu significado lexical.

Quarta questão: como percebemos essas unidades dentro de uma teoria linguística?

Em uma teoria da linguagem natural, as unidades terminológicas não são vistas como separadas das palavras que constituem um espaço lexical do falante, mas sim como significados especiais das unidades lexicais ao comando do falante. Na realidade, se analisarmos as características fonológicas, morfológicas e sintáticas das unidades terminológicas, não encontramos propriedades que possam diferenciá-las de outras unidades lexicais; sabemos, contudo, que elas se distinguem com relação às suas dimensões semânticas e pragmáticas. Dessa maneira, postulamos que uma unidade lexical não é por si só nem terminológica nem geral, porém é geral a priori e adquire significado especial ou terminológico quando ativada por características pragmáticas do discurso. Este significado não é um pacote de informações predefinido e padronizado, mas sim uma seleção específica de traços semânticos conforme as condições de cada ato de fala. Tal seleção justificaria o fato de que, dentro de uma teoria da linguagem, nos referiríamos às unidades terminológicas como “unidades de sentido especial”. Qualquer unidade lexical teria, portanto, o potencial de se tornar uma unidade terminológica.

²⁴ O reconhecimento no âmbito de uma teoria não deveria ser confundido com o reconhecimento das unidades em suas aplicações terminológicas tradicionais ou computacionais.

Podemos resumir estas ideias dizendo que a condição de “unidade terminológica” aplicada a uma unidade lexical não existe anteriormente ao seu uso em um contexto comunicativo específico. Este ponto de vista nos permitiria explicar a interseção semântica entre acepções diferentes da mesma unidade lexical segundo o seu uso. Isto explicaria ainda como as unidades léxicas circulam entre os discursos gerais e especializados e como as unidades terminológicas circulam entre os diferentes domínios.

Quinta questão: precisamos de qual teoria da linguagem para respeitarmos a segunda pré-condição, a saber, a multidimensionalidade do objeto?

A concepção de linguagem desta teoria linguística deve levar em consideração tanto a competência quanto o desempenho e, além disso, atentar-se à multidimensionalidade de todas as línguas, à parte de seu status político ou social. Esta multidimensionalidade pressupõe aceitar que as línguas não podem ser reduzidas a gramáticas, ou seja, a sistemas estruturados que são a base de cada manifestação linguística. Além de serem gramaticais, as línguas são sistemas de identidade, organização social e indicadores de situações políticas e econômicas.

Dessa maneira, somente uma teoria cognitiva e funcional (ou seja, uma teoria que, além de gramática, também inclui semântica e pragmática) é capaz de descrever a especificidade das unidades terminológicas e, ao mesmo tempo, os seus elementos em comum com as unidades lexicais de ordem geral. Além disso, a pragmática é fundamental para explicar a ativação do significado terminológico das unidades lexicais.

Sexta questão: qual é a finalidade de nossas observações?

Partimos do pressuposto de que uma teoria é uma tentativa de descrever e explicar um fenômeno e, conseqüentemente, não é diretamente destinada a qualquer aplicação prática. Portanto, não

compartilhamos a ideia expressada por Budin (215, citado acima) de que teorias alternativas à tradicional são explicadas tão somente por suas orientações práticas diferentes. Não obstante, cada disciplina ou campo de estudo, qualquer área do conhecimento centrada em um objeto, esforça-se para descrever e explicar este objeto. Isto quer dizer que o aspecto teórico de tal estudo está preocupado unicamente com o avanço do conhecimento. O aspecto aplicado de tal disciplina, por outro lado, se desenvolve de acordo com uma metodologia, baseada nos princípios da teoria, que permite a projeção desses princípios em atividades práticas com o objetivo de solucionar problemas e desenvolver recursos para as necessidades de representação e comunicação desse conhecimento especializado.

Sétima questão: como estas unidades são adquiridas?

A aquisição natural de unidades terminológicas de um domínio por um aprendiz sempre ocorre em uma situação de transmissão de conhecimento sobre a área. O discurso é, portanto, o ambiente natural das unidades terminológicas e é através do discurso que o conhecimento especializado e suas unidades de expressão são adquiridos.

Se aceitarmos esta premissa, temos também de aceitar que a aquisição de conhecimento especializado se diferencia da aquisição de conhecimento linguístico geral, esta que a teoria linguística postula como uma propriedade inata. Contudo, tal diferenciação é somente aparente. Ao postular que as unidades terminológicas são unidades de linguagem, pois são explicadas enquanto significados de unidades lexicais, afirmamos apenas que estes significados especializados são adquiridos por meio da aprendizagem sistemática em um contexto profissional. Apenas este conhecimento, adquirido não por um usuário da língua geral, mas por um aprendiz em um contexto particular, parece ficar de fora das condições de aquisição da linguagem natural.

Esta hipótese, a de que as unidades terminológicas são apenas significados especializados de unidades lexicais, não pressupõe que, em alguns casos, tanto a expressão quanto o conteúdo de uma

unidade não precisa ser entendida completamente, mas abre uma porta para a explicação generalizante da aquisição das unidades terminológicas, uma vez que toma como ponto de partida o conhecimento geral e especializado das unidades lexicais já adquiridas. Portanto, também pressupõe que a aquisição de unidades terminológicas depende sempre do conhecimento dos princípios, das condições e restrições que regem o léxico geral e que, somente em alguns dos casos, ela depende do conhecimento prévio de uma unidade lexical já presente no léxico. Adquirir uma unidade terminológica, portanto, seria sempre uma reutilização dinâmica das informações já presentes no léxico do aprendiz e, em alguns casos, da seleção parcial da informação existente, a ampliação dessa informação ou sua reorganização para a construção ativa e dinâmica daquilo que constituiria o significado da unidade terminológica²⁵.

Como podemos reconciliar uma teoria da capacidade inata da linguagem com uma teoria de aquisição? Podemos fazer isso assumindo que unidades terminológicas são unidades lexicais e que a aquisição de unidades lexicais ocorre a partir de princípios inatos presentes no sistema neuronal da humanidade e que tais princípios configuram a base comum do conhecimento de todos os falantes, independente da língua que falam. Teríamos que assumir, ainda, que esta informação se materializa gramaticalmente de forma diferente em cada língua conforme os estímulos gerados a partir do contexto.

As informações particularmente associadas com unidades lexicais se desenvolvem na mente do falante sob a forma de princípios que são válidos para todas as unidades lexicais. Quando demandado por uma situação de aprendizagem profissional, o falante reutiliza as informações já adquiridas para aprender novas informações. Com toda essa bagagem, ele então “constrói” o significado de novas unidades ou de unidades já existentes em seu repertório lexical, adquirindo novos significados em contextos específicos da área.

Acredito que esta hipótese seja suficientemente generalizável para explicar a aquisição de novos conteúdos associados a formas

²⁵ A análise e os pressupostos a respeito de aquisição não podem ser discutidos aqui.

já existentes por um aprendiz, bem como a incorporação de unidades totalmente novas que, no final das contas, compartilham das propriedades gerais do léxico. Esta hipótese também é compatível com a hipótese expressa na análise do discurso acerca da construção do significado.

Finalmente, uma teoria da linguagem que descrevesse e explicasse as unidades terminológicas deveria deixar claro como se produz conhecimento especializado novo e como ele é sintetizado em uma unidade terminológica. Mas este é um assunto tratado pela análise do discurso, na qual o discurso especializado é definido como um conjunto de interações negociadas que podem ser reconhecidas por meio de indicadores formados por unidades lexicais e morfológicas, elementos gráficos e/ou colocação de informação. Essas interações levam ao estabelecimento do significado com plena consciência do contexto linguístico, temático e situacional de cada designação. Este estabelecimento de sentidos especializados, como vimos acima, é uma das condições do conhecimento especializado. Consolida-se através da compilação de glossários que estabelecem o significado de uma unidade por intermédio de uma definição uma explicação ou figura, ou então por intermédio de métodos discursivos sob a forma de discurso metalinguístico, reformulações etc.

9. Conclusões

A construção de uma teoria que descreve e explica adequadamente a terminologia pressupõe que a terminologia em geral (e, por conseguinte, suas unidades) seja multidimensional e que considerá-la implica respeitar essa multidimensionalidade. Contudo, tendo em vista que é impossível abordar as várias facetas de uma unidade multidimensional de uma só vez, minha abordagem tem sido a de desenvolver meios separados de acessar esta unidade.

A escolha de um ponto de acesso pressupõe uma teoria específica para esta “porta” ou entrada que seja suficientemente ampla de

modo a respeitar a multidimensionalidade do objeto. Nesta abordagem, a terminologia passa a ser o centro de um espaço multidimensional com múltiplos pontos de acesso.

A única condição para se aderir a esta abordagem é declarar o ponto de acesso explícita e coerentemente e documentar em detalhes o processo descritivo e explicativo a ser buscado para se alcançar o centro deste espaço. E parece óbvio que, se além de descrever um objeto queremos explicá-lo, precisamos de uma teoria sobre unidades terminológicas.

Em uma entrevista sobre a sua teoria do minimalismo, concedida a Adriana Belletti e Luigi Rizzi em 2002, foi perguntado o seguinte a Noam Chomsky:

...tomemos as Pisa Lectures como ponto de partida da teoria minimalista. O senhor tem caracterizado a abordagem que surgiu de seus seminários em Pisa, 20 anos atrás, como uma mudança de direção significativa na história de nossa área. Como o senhor caracterizaria esta mudança hoje?

E ele responde:

Bem, não acho que estava assim tão claro, mas, voltando um pouco no tempo, teve um período, de talvez 20 anos antes disso, no qual houve uma tentativa de se chegar a um acordo com o paradoxo que surgiu juntamente com os primeiros esforços feitos para se estudar seriamente a estrutura da linguagem, com regras mais ou menos rigorosas... Já na década de 1950, era claro que havia um problema, bem como muitos esforços de se lidar com ele... O que ocorreu em Pisa é que, de alguma forma, todo esse trabalho foi reunido pela primeira vez nos seminários, e surgiu um método para “cortar completamente o nó górdio”, ou seja, eliminar regras e eliminar construções, tudo junto. (Chomsky 1)

E pouco tempo depois, falando sobre as conquistas desse período, ele acrescenta:

Perceba que não se trata de uma teoria de fato, mas de uma abordagem, um arcabouço que acelerou a busca por redundâncias que deveriam ser eliminadas e forneceu uma espécie de nova plataforma de onde prosseguir, com muito mais sucesso, de fato. (Chomsky 3).

As palavras de Chomsky enfatizam que o desenvolvimento de uma teoria global é um esforço cooperativo ao longo de um período de tempo durante o qual discussões e encontros científicos ocorrem com base em uma linha de argumentação inicialmente acordada. No intuito de se chegar a uma teoria satisfatória — que sempre será provisória até que uma mais nova e mais satisfatória surja —, durante esse tempo haverá necessariamente progressos e falhas, formulações positivas e rejeições baseadas na formulação de hipóteses e no confronto das hipóteses com os dados. No âmbito desse arcabouço teórico, um modelo parcial de representações de processos específicos ou fenômenos pode ser oferecido. Todavia, em todo esse movimento, é fundamental que haja acordo no que se refere à delimitação do cerne da teoria. Os caminhos para a descrição deste objeto podem variar e, para cada rumo descritivo, diferentes teorias parciais podem ser oferecidas, desde que visem uma caracterização aprimorada e explicação do mesmo objeto.

Tenho ciência de que, na terminologia, estamos ainda na etapa coletiva de construção da teoria. No âmbito da estrutura geral da comunicação especializada, esta teoria deve integrar as justificativas, princípios e condições básicos, suas características e propriedades, as relações entre seus componentes intrínsecos, suas funções, as relações que estabelecem entre si mesmas e com outras unidades de conhecimento especializado e os processos aos quais seguem. Não há dúvida de que das contribuições para este esforço cooperativo um modelo teórico mais adequado irá surgir.

Referências

- Ahmad, K. “Special Texts and their Quirks”. *TAMA Proceedings*. Vienna: TermNet. (1998): 141-157.
- Antia, B. E. (A). *Terminology and Language Planning. An Alternative framework of practice and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 2000
- Antia, B. E. (B). “Metadiscourse in Terminology: thesis, antithesis, synthesis”. *IITF Journal* 12(1-2) (2001): 65-84.
- Béjoint, H. and Ph. Thoiron (eds.). *Le sens en terminologie*. Travaux du CRTT, Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000.
- Boulanger, J.-C. “Présentation: Images et parcours de la socioterminologie”. *Meta* 40.2. (1995): 194-205.
- Bourigault, D., Jacquemin, C. and M.-C. L’Homme (eds.) *Computerm 98. First Workshop on Computational Terminology. Proceedings*. Université de Montréal: Montréal, 1998.
- Budin, G. “A critical evaluation of the state-of-the-art of terminology theory”. *IITF Journal* 12.1-2. (2001.): 7-23.
- Cabré, M. T. (A). *La terminologia. La teoria, els mètodes, les aplicacions*. Barcelona: Ed. Empúries, 1992.
- Cabré, M. T. (B). “El discurs especialitzat o la variació funcional determinada per la temàtica”. *Caplletra. Revista Internacional de Filologia* 25. (1998): 173-194.
- Cabré, M. T. (C). *Terminology. Theory, Methods and Applications*. (edited by Juan C. Sager and translated by Anne DeCesaris). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999.

Cabré, M. T. (D). *La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

Cabré, M. T. (ed.). (E). *Terminología y modelos culturales*, Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

Cabré, M. T. (F). “Textos especializados y unidades de conocimiento”, In García Palacios, J. and M. T. Fuentes (eds). *Texto, terminología y traducción*. Salamanca: Ediciones Almar, (2002): 15-36.

Cabré, M. T. (G). “Análisis textual y terminología, factores de activación de la competencia cognitiva en la traducción”, In Alcina Caudet, A. and S. Gamero Pérez (eds.). *La traducción científico-técnica y la terminología en la sociedad de la información*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, (2002): 87-107.

Cabré, M. T. e J. Feliu. (A). (eds.). *Terminología y cognición: II Simposio Internacional de Verano de Terminología (13–16 de julio 1999)*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2001.

Cabré, M. T. e J. Feliu. (B). (eds.). *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2001.

Cahiers de Linguistique Sociale 18. Rouen : Les Presses de l’Université de Rouen. Chomsky, N. 2000. *An Interview on Minimalism* (Noam Chomsky interviewed by A. Belletti and L. Rizzi, Nov. Siena: University of Siena, (1991): 8-9

Gaudin, F. *Pour une socioterminologie: Des problèmes pratiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen : Publications de l’Université de Rouen, 1993.

Felber, H. (ed.). *Theory of Terminology and Terminological Lexicography*. Vienna/New York: Springer, 1979. Heid, U. “Extracting terminologically relevant collocations from German technical texts”. In *Terminology and Knowledge Engineering Proceedings*. Innsbruck, Austria, (1999): 242-255

Kageura, K. (A). “Toward the theoretical study of terms — A sketch from the linguistic viewpoint”. *Terminology* 2(2) (1995): 239–258.

Kageura, K. (B). “Theories ‘of’ terminology: A quest for a framework for the study of term formation”. *Terminology* 5(1) (1998/1999): 21–40.

Kageura, K. (C). *The Dynamics of Terminology: A descriptive theory of term formation and terminological growth*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002

Kewley-Draskau, J. e H. Picht (eds) 1992. *International Conference on Terminology Science and Terminology Planning*, Riga, 1992.

Kocourek, R. “Prerequisites for an applicable linguistic theory of terminology”. *Actes du 5e Congrès de l’Association internationale de linguistique appliquée*. Québec: Presses de l’Université Laval, (1981): 216-228.

Kuhn, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press. 1962.

Lara, F. (A). “‘Concepts’ and term hierarchy”. *Terminology* 5.1. (1998/1999.): 59–76.

Lara, F. (B). “Término y cultura: hacia una teoría del término”. In Cabré, T. (ed.). *Terminología y modelos culturales*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, (1999): 39-60.

Laurén, C., J. Myking e H. Picht. *Terminologie unter der Lupe*. Vienna: TermNet, 1998.

Laurén, C. e H. Picht. “Vergleich der terminologischen Schulen”. In Laurén, C. and H. Picht (eds.). *Ausgewählte Texte zur Terminologie*. Vienna: TermNet, (1993): 493-539.

/Myking, J. “Against Precriptivism? The ‘Sociocritical’ Challenge to Terminology”. *IITF Journal* 12.1–2. (2001): 49–64.

Pearson, J. *Terms in Context*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.

Popper, K. R.. *La miséria del historicismo*, Madrid: Alianza, 1973.

Rey, A. (A) *La terminologie: noms et notions*. Paris: Presses universitaires de France. 1979.

Rey, A. (B). *Essays in Terminology* (translated by Juan C. Sager). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1995.

Rey, A. (C). “Terminology between the experience of reality and the command of signs”. *Terminology* 5(1), (1998/1999): 121–134.

Riggs, F. *The CONTA Conference Proceedings of the Conference on Conceptual and Terminological Analysis in the Social Sciences*. Frankfurt: Indeks Verlag. 1984.

Sager, J. C. *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1990.

Sager, J. C., D. Dungworth and P.F McDonald. *English Special Languages. Principles and practice in science and technology*, Wiesbaden: Oscar Brandstetter, 1980.

Slodzian, M. “La V. G. T. T. et la conception scientifique du monde”. *Le langage et l’homme* XXVIII.4. (1993): 223–232.

Slodzian, M. “Comment revisiter la doctrine terminologique aujourd’hui?”. *La banque des mots* 7. (1995):11–18. Temmerman, R. (A). “Why traditional terminology impedes a realistic description of categories and terms in the life sciences”. *Terminology* 5.1. (1998/1999): 77–92.

Temmerman, R. (B). *Towards New Ways of Terminological Description. The Sociocognitive approach*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 2000.

Terminologie et Intelligence Artificielle (TIA) Actes. Villetaneuse, France, 1995.

Terminologie et Intelligence Artificielle (TIA) Actes. Toulouse, France, 1997.

Terminologie et Intelligence Artificielle (TIA) Actes. Nantes, France, 1999.

Terminologie et Intelligence Artificielle (TIA) Actes. Nancy, France, 2001.

Terminologies nouvelles . “Terminologie et diversité culturelle” 21. (2000).

Terminology. International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication, 5.1. (1998/1999).

Terminology Science and Research. 1.2. (2001):12–13(1–2).

Toft, B. (A) “Terminologi og leksikografi: nye synsvinkler på fagene”. *LexicoNordica* 5. (1998): 91–105.

Toft, B. (B). “Review of ‘Towards New Ways of Terminology Description; the sociocognitive approach’ by Rita Temmerman 2000”. *Terminology* 7.1. (2001): 125–128.

Toulmin, S. E. *The Philosophy of Science*. London: Hutchinson, 1953.

Wüster, E. (A). *The Machine Tool. An interlingual dictionary of basic concepts*, London Technical Press, 1968.

Wüster, E. (B). “Die allgemeine Terminologielehre — Ein Grenzgebiet zwischen Sprachwissenschaft, Logik, Ontologie, Informatik und den Sachwissenschaften”. *Linguistics* 119. (1974): 61–106.

Wüster, E. (C). *Einführung in die allgemeine Terminologielehre und terminologische Lexikographie*. Vienna/New York: Springer, 1979.

Zawada, B. E. and P. Swanepoel. “On the empirical inadequacy of terminological concept theories: A case for prototype theory”. *Terminology* 1.2. (1994): 253–275.

Recebido em: 12/04/2019

Aceito em: 15/06/2019

Publicado em: Setembro de 2019

Diego Napoleão Viana Azevedo. E-mail: diegonapoleao@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9361-5773>